

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO nº 40/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 77/2024

REGISTRO DE PREÇOS nº 30/2024

DATA DA SESSÃO: 12/12/2024

HORÁRIO: 09h00min (horário de Brasília)

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

LOCAL: Plataforma BLL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRAS/MG

EXCLUSIVO ME/EPP LOCAL E/OU REGIONAL

SETOR(ES) REQUISITANTE(S): SEC. DE ADM. PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E EPI'S PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG.

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Teixeira/MG, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediado à Rua Antônio Moreira Barros, 101, Centro, Teixeira/MG, mediante a Pregoeira designado pela Portaria nº 1.953/2024, em exercício, Sra. **Eliane Aparecida Medina**, na data e horário acima mencionada, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal 553/2024, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A cópia deste instrumento convocatório encontra-se disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Teixeira-MG, no endereço <https://www.teixeiras.mg.gov.br/index.php/licitacoes/editais-de-licitacao>, junto ao Setor de Licitações do Município no endereço indicado no preâmbulo.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E EPI'S PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em dividida por itens, conforme consta no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.3. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerado o menor dispêndio para a Administração e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da Minuta de Ata de Registro de Preços, ANEXO III deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação. e que estejam com credenciamento regular na **BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL (BLL COMPRAS)**.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.3. Impedido de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021

3.5.4. Esteja impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, tanto direta quanto indireta, de âmbito municipal, conforme estipulado pelo artigo 7º da Lei nº 10.520/2002. É importante ressaltar que tal penalidade é aplicável durante o período de vigência desta legislação, assegurando que as restrições impostas sejam pertinentes e ajustadas às disposições legais em questão;

3.5.5. Esteja sofrendo penalidades de suspensão de sua capacidade de participar em processos licitatórios e de ser contratado pelo Município, conforme previsto no artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993. Tal sanção, imposta dentro do marco regulatório vigente, destaca a observância às normas legais que regem as atividades de licitação e contratação pública, assegurando o cumprimento rigoroso das disposições contidas na referida legislação;

3.5.6. Declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme disposto no artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993. É imperativo salientar que, mesmo na eventualidade de revogação desta legislação, as penalidades aplicadas sob sua égide permanecem efetivas. Esta persistência decorre do princípio da ultratividade das normas legais (ultralegis), que garante que sanções impostas durante a vigência de uma lei continuem a surtir efeitos concomitantemente, respeitando a época e a duração estipulada para a penalidade. Desta forma, a inidoneidade declarada sob a regulamentação da Lei nº 8.666/1993 mantém sua validade e eficácia, assegurando a integridade e a conformidade das práticas de licitação e contratação com a Administração Pública;

3.5.7. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

3.5.8. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.5.9. Que não se dediquem ao objeto ora licitado, ou que a atividade social seja incompatível;

3.5.10. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.11. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.5.12. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.13. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.14. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.15. Que estejam submissas à decretação de falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

3.5.16. Pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Edital;

3.5.17. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.18. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.19. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento pessoa física ou jurídica de que trata este edital será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos básicos e executivos e a empresa a que se referem este Edital, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. O disposto nos itens anteriores não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação do Agente público do órgão estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Nesta licitação, será adotada a participação EXCLUSIVA das empresas qualificadas como Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para os itens/lotos com valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar 147/2024, do Decreto nº 8.538, de 2015 e Decreto Municipal 553/2024.

4.3. Da Preferência/Exclusividade às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Locais e/ou Regionais:

4.3.1. Em conformidade com o art. 48, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123/2006 e com o Decreto Municipal nº 553/2024, será concedido EXCLUSIVIDADE de contratação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte locais e/ou regionais, aplicando-se o seguinte:

4.3.1.1. Serão reservados processos licitatórios EXCLUSIVOS ou cotas de até 25% do objeto da licitação para aquisição de bens e serviços de natureza divisível para ME e EPP sediadas no Município de Teixeira-MG, desde que existam pelo menos 3 (três) empresas locais aptas a cumprir com as exigências do instrumento convocatório.

4.3.1.2. Caso o disposto acima não se concretize, o alcance da exclusividade será estendido para aquelas sediadas em municípios compreendidos em distância de até 100 (cem) quilômetros contados a partir da sede da Prefeitura Municipal, distância aferível através de serviços de mapa do Google.

4.3.1.3. Em estrita observância aos dispositivos legais vigentes, especificamente os artigos 42 a 49 da Lei nº 123/2006, art. 1º Caput, do Decreto Federal nº 8.538/2015, artigo 208 do Decreto Municipal nº 553/2024 e o Inciso I do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, estabelece-se que somente microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios compreendidos em distância de até 100 (cem) quilômetros contados a partir da sede da Prefeitura Municipal, distância aferível através de serviços de mapa do Google estão aptas a participar deste processo licitatório. A elegibilidade dos municípios para o certame baseia-se rigorosamente em sua inclusão geográfica próxima do município, conforme critério estabelecido pelo artigo 208 do Decreto Municipal 553/2024. Municípios que não se encontram dentro destes limites geográficos, serão automaticamente considerados não elegíveis para a participação.

4.3.1.4. A cláusula acima, fundamentada nas normativas citadas, visa não apenas assegurar a conformidade e a integridade do processo licitatório com os princípios legais estabelecidos, mas também enfatizar a importância da sustentabilidade. A seleção de participantes com base na proximidade regional reforça o compromisso com práticas sustentáveis, minimizando impactos ambientais e promovendo o desenvolvimento econômico e social das localidades envolvidas. A medida é um reflexo do esforço contínuo em alinhar as ações administrativas com os objetivos de sustentabilidade, garantindo que a condução do certame contribua positivamente para o bem-estar das comunidades locais e para a preservação do meio ambiente.

4.3.1.5. Esta cláusula visa promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, fomentando a competitividade das ME e EPP situadas na localidade e proximidades, em conformidade com os objetivos da política de apoio às pequenas empresas previstos na legislação pertinente.

4.4. A aplicação desta cláusula observará os limites e condições estabelecidos pela legislação vigente, assegurando a observância dos princípios de isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021 e a legislação pertinente à matéria.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto a Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) (www.bll.org.br), devendo informar-se junto ao sistema a respeito de seu funcionamento e regulamento.

5.1.1. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.1.2. O licitante deverá se informar junto à Bolsa de Licitações e Leilões sobre os procedimentos e documentos necessários para o seu credenciamento e obtenção da chave de acesso.

5.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou Prefeitura Municipal de Teixeira, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6.2.1. A proposta de preço deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do [art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006](#).

6.4. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.5. Incumbirá, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.9. Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

- 7.1.2. Marca/modelo de cada item ofertado;
- 7.1.3. Fabricante de cada item ofertado;
- 7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 7.2. Não serão aceitas condições relacionadas a pedidos mínimos para faturamento ou entrega mínima.
- 7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (NOVENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.
- 7.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 7.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal de 1988](#); ou a condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A Pregoeira via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, e a seguir, será dado o andamento deste certame, conforme fases previstas na plataforma BLL.
- 8.2. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante previamente ao julgamento das propostas.
- 8.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 8.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 8.8.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 8.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (de acordo com as definições registradas no sistema do BLL Compras).
- 8.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01 (um centavo)**.
- 8.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.14. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- 8.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo;
- 8.14.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance;
- 8.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo;
- 8.14.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes, para a recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes do certame, publicada no <https://bll.org.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Após o fechamento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.22.2.2. Empresas brasileiras;

8.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.23. **Garantia do Valor do Lance e Penalidades:**

8.23.1. O proponente, ao apresentar seu lance final durante o processo licitatório, compromete-se a garantir o valor ofertado pelo prazo mínimo estipulado em sua proposta.

8.23.2. A garantia mencionada no item anterior deverá ser mantida e respeitada durante todo o período de validade da proposta, conforme estabelecido neste Edital.

8.23.3. O proponente reconhece que o valor ofertado em seu lance final reflete sua capacidade efetiva de cumprir o contrato, garantindo a execução do objeto de acordo com as condições estipuladas.

8.23.4. A inobservância do compromisso estabelecido neste capítulo sujeitará o proponente a penalidade cabíveis no ordenamento jurídico que trata da matéria.

8.23.5. Caso o proponente, após a adjudicação, não mantenha o valor do lance final ou não cumpra com as condições contratuais, ficará sujeito às penalidades contidas na [Lei Federal nº 14.133/2021](#), sem prejuízo de aplicação das demais normas legais pertinentes às licitações e contratos públicos.

8.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.26. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.2.1. Contiver vícios insanáveis;

9.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU-Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

- 9.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 9.6. Intimado, o licitante deverá remeter ao(à) Pregoeiro(a) e nas condições por ele aprazadas, as comprovações da exequibilidade de sua proposta, sob pena de perda do título de vencedor do certame ou dos itens/lotes por ele vencidos.
- 9.7. Havendo indícios de que os licitantes ofertaram valores irrisórios com propósito de retardar ou frustrar a competição, bem como o andamento do processo licitatório, estes estarão sujeitos as penalidades;
- 9.7.1. A instauração de processo punitivo disciplinar administrativo;
- 9.7.2. Comunicação dos fatos ao Ministério Público, para eventual deflagração de Inquérito Civil.
- 9.8. Não acudida a condição de exequibilidade, a Pregoeira no uso de suas atribuições, convocará a segunda proposta mais bem classificada.
- 9.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;
- 9.10. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.11. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.
- 9.12. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.13. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, a Pregoeira exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **07 (sete) dias** úteis contados da solicitação.
- 9.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 9.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 9.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. **A proposta final do licitante declarado vencedor será encaminhada CASO SOLICITADA PELA PREGOEIRA, no prazo de 02 (duas) horas, no sistema eletrônico CONFORME ANEXO II DO EDITAL, e deverá:**

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada, quando for o caso.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, (art. 12º da Lei nº 14.133/21).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.6.1. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pela Pregoeira, o registro da não aceitação da proposta.

10.6.2. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, dentro do prazo estipulado, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Como condição prévia ao Exame da Documentação de Habilitação do licitante detentor a proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das Condições de Participação, especialmente quanto à existência de Sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no **BLL COMPRAS**, e ainda nos seguintes cadastros:

11.2. Certidão de Consulta Consolidada emitida em até 30 (trinta) dias úteis da abertura da licitação, para verificação, como condição prévia para deferimento da habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta Consolidada de Pessoa Jurídica realizada por

intermédio do Tribunal de Contas da União através da URL:(<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) (Licitantes Inidôneos/TCU; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade/CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU-União; Cadastro Nacional de Empresas Punidas/CGU-União.

11.2.1. A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

11.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.2.5. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.3. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **BLL COMPRAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

11.5.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **BLL COMPRAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.5.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

11.6. **Para fins de habilitação, deverá ser observada a documentação constante no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) deste Edital.**

11.7. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório.

11.7.1. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por Microempresas e Pequenas Empresas, assim definidas em lei.

11.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido por esta Administração.

11.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.11. Os documentos comprobatórios deverão estar em pleno vigor.

11.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.14. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.15. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados na plataforma serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira, desde que a prorrogação seja devidamente justificada.

11.16. A verificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

11.17.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.17.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.18. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado a razoabilidade desta ação com a pluralidade de proponentes e a análise do último valor apresentado em relação ao valor estimado, evitando assim proporcionar desarrazoada morosidade no certame.

11.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11.21. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.22. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à

regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.23. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.24. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.25. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.26. Nos itens não exclusivos a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.27. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (dez) minutos**.

12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. **Os recursos deverão ser encaminhados SOMENTE em campo próprio do sistema.**

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO BLL COMPRAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

16.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

17.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

17.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

17.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

17.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

17.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

17.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

17.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

17.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para

assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

18.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, Anexo deste Edital.

18.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei Federal nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

18.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

18.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e seus Anexos.

18.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

19.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na Minuta de Contrato/ARP, Anexo deste Edital.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, Anexo deste Edital.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta do Contrato, Anexo deste Edital.

22. DO PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo deste Edital.

23. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos do [art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

23.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

23.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

23.1.3.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.1.3.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.1.3.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.1.3.4. Deixar de apresentar amostra;

23.1.3.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

23.1.4. Não assinar o Termo de Contrato/ARP ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

23.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

23.1.8.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.1.8.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.1.8.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.1.10. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013](#).

23.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

23.2.1. Advertência;

23.2.2. Multa;

23.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e;

23.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

23.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 23.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 23.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 23.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 23.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 23.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
- 23.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 23.5.1. Para as infrações previstas nos itens 23.1.1, 23.1.3 e 23.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 23.5.2. Para as infrações previstas nos itens 23.1.5 a 23.1.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 23.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 23.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 23.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.1.1, 23.1.3 e 23.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 23.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.1.5 a 23.1.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.1.1, 23.1.3 e 23.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 23.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 23.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 23.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.15. Serão publicadas no Diário Oficial do Município de Teixeira-MG, as sanções administrativas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

23.16. **DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** – Os licitantes e a Contratada devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

23.16.1. **PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

a) **PRÁTICA CORRUPTA:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato.

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.

c) **PRÁTICA CONCERTADA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.

d) **PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

23.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

24.2. **A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.bll.org.br**

24.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no **BLL COMPRAS** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao [art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio <https://bll.org.br>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

24.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília /DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.12. A Prefeitura Municipal de Teixeira-MG poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade,

de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

25.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

25.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

25.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

25.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://bll.org.br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço eletrônico <https://www.teixeiras.mg.gov.br/index.php/licitacoes/editais-de-licitacao>, nos dias úteis, no horário das 08h00 às 16h00, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

25.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.15.1. ANEXO I – Termo de Referência

25.15.2. ANEXO I-A – Estudo Técnico Preliminar

25.15.3. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial

25.15.4. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

25.15.5. ANEXO IV – Minuta do Contrato

Teixeiras, 22 de novembro de 2024

Nivaldo Rita
Prefeito Municipal

ANEXO – I



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto desta contratação é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, utensílios de copa e cozinha e epi's para atender as necessidades do Município de Teixeira/MG, conforme especificações e quantitativos a seguir:

Item	Descrição	UND	Quant.	Val. Unitário	Val. Total
001	ÁGUA SANITÁRIA: alvejante e desinfetante. à base de solução estabilizada de hipoclorito de sódio, com 2 a 2,5% de cloro ativo. O rótulo deve conter data de validade, dados do fabricante, princípio ativo, composição do produto e conteúdo líquido. Embalagem individual, em plástico resistente (que não estoure no empilhamento e de acordo com ABNT/NBR 13390: 05/1995). Com validade mínima de 75% da validade total a contar da data da entrega do produto. Embalagem de 2 L com ação alvejante e desinfetante. PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA.	UND	4000	6,98	27.920,00
002	ALCOOL GEL ANTISEPTICO 70%: com hidratante aloe vera, para antisepsia complementar das mãos. Embalagem com 5L.	UND	80	27,98	2.238,40
003	Amaciante de roupas - Aspecto Físico: Líquido Viscoso, Composição: Tensoativo Catiônico (ou não iônico), Coadjuvante, Aplicação: Amaciante Artigos Têxteis, Características Adicionais: Líquido Concentrado, Solúvel Água, Base Sal Amônio. Embalagem com 2 litros. * Marcas de referência: Ypê, Baby Soft ou Confort. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	50	19,25	962,50
004	AVENTAL IMPERMEÁVEL - Em napa ou vinil, cor branca ou transparente. Tamanho a definir.	UND	75	23,07	1.730,25
005	Avental térmico impermeável - Material: 100% Algodão Metalizado, Características Adicionais: Tiras E Alças De Ajuste, Aplicação: Cozinha Industrial, Tamanho: A definir.	UND	50	36,40	1.820,00



	 <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
006	AVENTAL TIPO BATA - Material: Oxford 100% poliéster; Com bolso; Tamanho: a definir. Com regulagem; Ajuste: tiras laterais na altura da cintura;  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	75	33,76	2.532,00
007	BALDE PLÁSTICO, 10 LITROS: confeccionado em plástico resistente, alça em metal	UND	50	11,80	590,00
008	BALDE PLÁSTICO, 12 LITROS: confeccionado em plástico resistente, para concreto, graduado, preto, com pegador no fundo e alça em metal.	UND	20	13,89	277,80
009	BALDE PLÁSTICO, 20 LITROS. - CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE, ALÇA EM METAL.	UND	40	16,93	677,20
010	BOBINA DE SACO PLASTICO, PICOTADO - DE POLIETILENO, FABRICADAS SEGUNDO AS NORMAS DE SEGURANÇA E QUALIDADE, P/ ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, 40X60 CM, BOBINA COM 450 UNIDADES.	UND	60	29,40	1.764,00
011	BOBINA DE SACO PLÁSTICO PICOTADO - DE POLIETILENO, FABRICADA SEGUNDO NORMAS DE SEGURANÇA E QUALIDADE, P/ ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, 20X30CM, BOBINA COM 500 UNIDADES.	UND	50	17,07	853,50






012	BORRIFADOR MANUAL - 500ML, COM GATILHO, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE.	UND	30	9,45	283,50
013	<p>BOTA DE BORRACHA, CANO CURTO 16 CM - antiderrapante - na cor branca, confeccionada com policloreto de vinila (PVC) e borracha nitrílica. possui injeção em duas etapas (sola e cano) com fusão em uma peça só, totalmente impermeável, resistente a flexão, tração e abrasão, leve, macia e confortável com maior resistência em contato com materiais de limpeza em geral. tamanhos a definir. Embalagem contendo o par (pé direito e esquerdo).</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	75	40,80	3.060,00
014	<p>BOTA DE BORRACHA, CANO MÉDIO: antiderrapante - na cor branca, confeccionada com policloreto de vinila (PVC) e borracha nitrílica. possui injeção em duas etapas (sola e cano) com fusão em uma peça só, totalmente impermeável, resistente a flexão, tração e abrasão, leve, macia e confortável com maior resistência em contato com materiais de limpeza em geral. tamanhos a definir. Embalagem contendo o par (pé direito e esquerdo).</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	50	39,45	1.972,50
015	<p>BOTA DE BORRACHA, CANO MÉDIO: antiderrapante - na cor preta, confeccionada com policloreto de vinila (pvc) e borracha nitrílica. possui injeção em duas etapas (sola e cano) com fusão em uma peça só, totalmente impermeável, resistente a flexão, tração</p>	UND	80	37,22	2.977,60





	<p>e abrasão, leve, macia e confortável com maior resistência em contato com materiais de limpeza em geral. tamanhos a definir. Embalagem contendo o par (pé direito e esquerdo).</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
016	<p>BOTA DE SEGURANÇA EM MICROFIBRA SOLADO PU: com proteção elétrica e mecânica - confeccionada em microfibra (tecido de fibra curta de alta performance, mais leve, resistente à água, transpirável, lavável, antibacteriano, resistente a produtos químicos, não propaga chamas, permite o realce de cores e é ecológica); biqueira de polipropileno (plástico). colarinho soft acolchoado com forração Air Comfort transpirável. fechamento em elástico nas laterais. palmilha de montagem em poliéster resinado. palmilha antibacteriana removível. solado isolante em PU com sistema de absorção de impacto injetado diretamente ao cabedal. Deverá possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: Marluva 70b19. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas. indicar o C.A. da botina junto com a marca.</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	300	80,84	24.252,00
017	<p>CAFETEIRA DE ALUMÍNIO 5L: Bule Grande Alumínio Reforça do tipo Hotel Cabo Baquelite ou madeira com tampa em alumínio Nº 8 capacidade 5 Lts.</p>	UND	10	109,54	1.095,40



					
	<p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
018	<p>CANECA DE ALUMINIO 3L: canecão de alumínio, tamanho médio, com alça em madeira ou baquelite, reforçado com capacidade de 3 litros.</p> 	UND	15	50,40	756,00
	<p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
019	<p>CANECA DE ALUMINIO 5L: canecão de alumínio, tamanho médio, com alça em madeira ou baquelite, reforçado com capacidade de 5 litros.</p> 	UND	5	55,46	277,30
	<p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
020	<p>CANECA DE PLÁSTICO ESCOLAR 400ML - Resistente, cores variadas. Dimensões: 8,5x8,5x9 cm.</p>	UND	1000	5,59	5.590,00
021	<p>CERA LÍQUIDA: auto brilho, incolor proteção, brilho e perfume para diversos tipos de piso, dispensa enceradeira. Embalagem 750ml. Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: INGLESA MAXX, BRILHO FÁCIL, POLIFLOR. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.</p>	UND	1500	13,63	20.445,00
022	<p>CHAPÉU MODELO AUSTRALIANO COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO: Chapéu modelo Australiano com protetor de nuca fixo para proteger contra os raios solares. Deverá possuir botões de pressão nas laterais da aba e no protetor</p>	UND	80	19,61	1.568,80




	<p>de pescoço para mudar o modelo de pescador para. Possível de ajustar a qualquer cabeça, dispondo de uma cordinha, permitindo o chapéu ficar preso a ela. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Modelo: unissex; Material: Brim 100% algodão, Tamanho único para adulto; Circunferência aproximada: 106 cm; Diâmetro total: 34 cm; Diâmetro interior: 18 cm; Circunferência interior: 60 cm; Cor: Cinza Chumbo.</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
023	<p>CLORO ALVEJANTE: alvejante, aspecto físico líquido, apresentação bombona, aplicação remoção de manchas, finalidade alvejante e desinfecção de roupas. frasco de 5L.</p>	UND	500	15,62	7.810,00
024	<p>COADOR DE CAFÉ DE PANO: em algodão, tamanho mínimo 12cm de diâmetro, com cabo de arame de aço galvanizado revestido de PVC.</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	50	7,83	391,50
025	<p>COLHER DE AÇO INOX - Com cabo de plástico, jogo com 12 unidades.</p>	Jogo	50	32,21	1.610,50
026	<p>COLHER DESCARTÁVEL REFORÇADA PARA REFEIÇÃO - EMBALAGEM C/ 50 UNIDADES. - Pacote com 50 unidades. Devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externa. Acondicionado conforme praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade e higiene do produto até o seu uso. A embalagem deverá conter</p>	PCT	50	7,74	387,00





	externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Na cor branca.				
027	CONDICIONADOR INFANTIL: hipoalergênico, que não provoca lágrimas. Com validade mínima de 75% da validade total a contar da data da entrega do produto. Embalagem com 200 ml. *Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: Jonhson's, Pom Pom, Huggies. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	400	20,24	8.096,00
028	COPO DESCARTÁVEL 200ML PACOTE COM 100 UNIDADES - CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLÁSTICA, SÃO HOMOGÊNIOS, ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS. É ATENDIDO PELAS CONDIÇÕES GERAIS DA NBR 14865 E NBR 13230 DA ABNT. COMPOSIÇÃO: PP COR: TRANSPARENTE	PCT	3400	6,76	22.984,00
029	COPO DE VIDRO: (tipo americano), 200 ml, canelado, caixa com 24 uni.	UND	9	36,15	325,35
030	CUMBUCA DESCARTÁVEL - em isopor térmico 15 cm, pacote com 10 unidades.	PCT	100	3,87	387,00
031	DESINFETANTE DE USO GERAL: tipo: pronto uso; ação principal: bactericida e germicida; princípio ativo: cloreto de benzalcônio mínimo 0,28%; composição básica: tensoativos não iônicos; fragrância: lavanda, eucalipto ou pinho embalagem de 5 litros. Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: YPÊ, VEJA. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	1100	22,00	24.200,00
032	DESODORIZADOR SANITÁRIO: paradiclora benzeno, essência e corante, fragrância de lavanda, tablete sólido (pedra sanitária), c/ 35 g. embalagem com 1 unidade de pedra sanitária e 1 suporte compatível para fixação na borda interna do vaso sanitário.	UND	350	3,17	1.109,50





033	DETERGENTE LIQUIDO: composição: tensoativos aniônicos/biodegradáveis, coadjuvante, preservantes, componente ativo: linear alquibenzeno sulfonato de sódio, aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres, panelas e, aroma: neutro, com alto poder de limpeza para a completa remoção das sujidades, possuir PH neutro características adicionais: concentrado, hipoalergênico (testado dermatologicamente), embalagem descartável, com tampa push pool, aspecto físico: líquido viscoso, embalagem de 500 ml. Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: Ypê, Minuano, Limpol. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	9500	3,17	30.115,00
034	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA: capacidade de toalhas: 1000, material: plástico; tipo papel: interfolhado; com trava de segurança; modo de fixação: bucha e parafuso.	UND	40	31,00	1.240,00
035	DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO/ALCOOL: abertura inteligente e segura dispensa chave, resistência a alto impacto, já acompanha reservatório de 800 ml, processo de produção por injeção termoplástica cor: branca.	UND	40	25,79	1.031,60
036	ESCOVA PARA SANITÁRIO: uso em sanitário, com cerdas plásticas, tamanho padrão, com cabo em plástico resistente e suporte.  *imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.	UND	150	8,55	1.282,50
037	ESCOVA PLÁSTICA MULTIUSO: para limpeza doméstica, com cerdas em nylon, suporte em plástico, ideal para lavar roupas, tamanho média	UND	150	4,36	654,00
038	ESFREGÃO ROTATIVO DO TIPO MOP COM BALDE MÓVEL: Descrição: Mop esfregão em microfibra super pluma macia e deslizante com balde em	UND	10	98,68	986,80



	<p>polipropileno com cesto para centrifugação, giratório em 360°, cabo em aço inoxidável regulável e inclinável em 180°, base de microfibras, alcance de aproximadamente 124 cm. Balde com no mínimo 12 litros. Kit contendo balde com centrifuga, cabo ajustável, base esfregão e 2 refis de microfibras. Garantia: mínima de 3 (três) meses.</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
039	<p>ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE, MULTIUSO: produto não tecido, à base de fibras sintéticas e minerais abrasivos unidos por resina à prova de água, usado para limpeza em geral. formato retangular. lado verde (fibra abrasiva) para limpeza mais difícil e lado amarelo (espuma macia) para superfícies delicadas. composição: poliuretano e fibra sintética verde e amarela. ideal para lavar copos, pratos, talheres, utensílios em geral. Deverá ser entregue em embalagem individual contendo 1 und. (não serão aceitos produtos desembalados e nem em embalagens diferentes do solicitado)</p>	UND	4500	1,10	4.950,00
040	<p>FAQUEIRO 24 PÇAs: material dos talheres: Aço Inoxidável; contendo 6 facas; 6 colheres; 6 garfos; 6 colheres de café, cabo em aço inoxidável.</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	6	108,46	650,76
041	<p>FILTRO COADOR PERMANENTE DE CAFÉ PARA PORTA FILTRO 103: fabricado com micro-tela de poliéster de alta resistência e durabilidade, costurado eletronicamente.</p>	UND	30	4,69	140,70
042	<p>FILTRO DE ÁGUA COMPLETO FRISBEL: utilizado para bebedouros industriais FRISBEL 25 e 50 l: filtro</p>	UND	130	134,15	17.439,50







	<p>completo com base PVC com Refil descartável. Cor branco. Material: Polipropileno, carvão ativo com íons de prata. Filtros Mil 5"; Micras: 5 micras</p> <p>Informações adicionais: Filtros para purificação de água produzidos em polipropileno através do sistema Melt Blown e carvão ativado granulado. São sistemas que reduzem a quantidade de cloro e impurezas, melhorando o gosto e qualidade da água. Elementos filtrantes de polipropileno atóxicos, indicados para retenção de particulados como: areia, terra, ferrugem, limo, lodo entre outros resíduos orgânicos e inorgânicos tornando a água mais pura e cristalina. - Inibe a proliferação de bactérias; - Retira sabores indesejáveis da água; - Carvão Ativado; - Polipropileno (Atóxico); - Selo de aprovação do Inmetro. Especificações Técnicas: - Vazão nominal: 60 Litros/hora; - Vazão máxima recomendada: 60 Litros/hora; - Pressão de Operação: Máx.:19.6 a 392 kPa</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
043	<p>FILTRO DE REPOSIÇÃO PARA PURIFICADOR DE ÁGUA DE MESA ELETRÔNICO MODELO CPB34AS CONSUL: o refil filtro Consul CIX06AX aprovado de acordo com a NBR 16098:2012. Destinado ao uso em água que atende à portaria Nº 2.914 do ministério da saúde. Material Polipropileno e bloco de carvão. Justifica-se a definição de marca pois já existem bebedouros desta marca específica nos prédios da administração e outros modelos podem ser incompatíveis.</p> 	UND	10	159,55	1.595,50



	*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.				
044	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL (TAMANHO G): Para crianças de 9 a 12 kg. Formato anatômico de cintura ajustável, dotada de recortes nas pernas, de preferência com 2 a 4 elásticos, possibilitando ajuste perfeito. Seu revestimento interno deverá ser confeccionado de polpa de celulose e gel ultra absorvente, com dupla camada de proteção, bordas úmidas entre si, fixando a camada intermediária, evitando seu deslocamento durante o uso e barreira anti vazamento impermeáveis nas laterais. Ser isenta de substâncias alergênicas ou tóxicas, apresentar superfície uniforme, livre de emplotamentos, ou qualquer outro defeito.	UND	3500	1,11	3.885,00
045	FRALDA GG FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL (TAMANHO XG): Para crianças acima de 12 kg com formato anatômico de cintura ajustável, tipo calça, dotada de recortes nas pernas, de preferência com 2 a 4 elásticos, possibilitando ajuste perfeito. Seu revestimento interno deverá ser confeccionado de polpa de celulose e gel ultra absorvente, com dupla camada de proteção, bordas úmidas entre si, fixando a camada intermediária, evitando seu deslocamento durante o uso e barreira antivazamento impermeáveis nas laterais. Ser isenta de substâncias alergênicas ou tóxicas, apresentar superfície uniforme, livre de emplotamentos, ou qualquer outro defeito.	UND	3500	1,48	5.180,00
046	GARFO DESCARTÁVEL REFORÇADO P/ REFEIÇÃO. PACOTE C/ 50 UNIDADES. - Pacote com 50 unidades. Devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externa. Acondicionado conforme praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade e higiene do produto até o seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação,	PCT	50	5,68	284,00



	procedência e quantidade. Na cor branca.				
047	<p>GARRAFÃO TÉRMICO 5 LITROS: garrafa com material térmico, capacidade 5 litros, aplicação líquidos quentes e frios, tampa roscada, com tampa que serve como copo.</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	11	41,03	451,33
048	<p>GARRAFA TÉRMICA 1 LT.: com ampola de vidro, alça ergonômica e rolha cortagotas que evita pingos após servir. ideal para líquidos quentes ou frios, com excelente eficiência térmica. tampa pode ser utilizada como copo. livre de bisfenol (bpa free)</p>	UND	30	29,98	899,40
049	<p>GUARDANAPO DE PAPEL PCT. C/COM 50 UNIDADES - FOLHA SIMPLES E BRANCA 23 X 22 CM</p>	PCT	800	2,27	1.816,00
050	<p>ISQUEIRO. COM CERTIFICADO IMETRO. - CORPO REVESTIDO EM PLÁSTICO, DIMENSÕES 7,5. PESO APROXIMADO DE 10 GRAMAS, COM ACENDEADOR, GÁS EMBUTIDO, DESCARTÁVEL.</p>	UND	110	7,34	807,40
051	<p>LÃ DE AÇO CARBONO: pacote 60 grs. com 8 unidades - formato retangular, abrasividade média, aplicação utensílios e limpeza em geral, características adicionais textura macia e isenta de sinais de oxidação. Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: BOM BRILL, ASSOLAN. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.</p>	UND	700	3,94	2.758,00
052	<p>LIXEIRA EM PLÁSTICO: com tampa e acionamento via pedal. Capacidade mínima de 10 litros, na cor preta.</p> 	UND	40	25,17	1.006,80

	*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.				
053	<p>LIXEIRA PLÁSTICA: capacidade de 50 L, na cor branca, c/pedal plástico - com alças largas que não ferem as mãos, produzida em polipropileno de alta resistência a impactos, pode ser utilizada em ambientes externos, exposta a sol, chuva e poluição sem sofrer desgaste por exposição aos elementos, sua tampa com sistema de abertura e fechamento através de pedal resistente e com sistema de ativação do pedal através de fita plástica, caracterizada por ser resistente e durável, promove a vedação do coletor evitando a dispersão de odores e a entrada de insetos, além de evitar os riscos de contaminação. possuir rótulo com rótulo de "resíduo infectante".</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	15	157,29	2.359,35
054	<p>LUVA DE NEOPRENE: material: palma em Neoprene e punho em látex, forrada com aplicação: manuseio de ácidos, álcalis e detergentes, cor: bicolor, amarela, com palma azul, espessura: 1 mm, tamanhos: M, G e GG, características adicionais: alta resistência, anti-alérgica, limpeza delicada. Embalagem individual contendo 1 par.</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	200	11,76	2.352,00
055	<p>LUVA EM MALHA PIGMENTADA: tamanho a combinar possuindo 4 fios de algodão e poliéster para obter maior</p>	UND	200	2,77	554,00



	<p>resistência e conforto. possuem palma revestida com pigmentos de PVC para maior aderência. Embalagem contendo o par.</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
056	<p>LUVA TÉRMICA PARA COZINHA - Luva de segurança confeccionada em grafatex de algodão quatro fios, com tratamento retardante a chamas e impermeabilizante, costura em linha de para-aramida. Resistente a temperatura de até 250°. Tamanho 35 cm. Ideal para calor de contato, conectivo ou radiante. Tipo dois dedos (mão de gato).</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	PAR	20	52,79	1.055,80
057	<p>MANGUEIRA DE PVC 30m: PVC – Cloreto de Polivinila, trançada reforçada, uso: limpeza e jardim, com engate e esguicho com diâmetro de 1/2" (comprimento 30 metros).</p>	UND	19	99,02	1.881,38
058	<p>MANGUEIRA DE PVC 50m: PVC – Cloreto de Polivinila, trançada reforçada, uso: limpeza e jardim, com engate e esguicho com diâmetro de 1/2" (comprimento 50 metros).</p>	UND	15	156,00	2.340,00
059	<p>MANGUITO UV MANGA LONGA: manguito de proteção solar UV 50+. Confeccionado em 90% Poliéster e 10% Elastano, com fator de proteção FPS 50, cobertura em todo o braço. Tamanhos variados Gênero: unissex (embalagem contendo o par).</p>	UND	80	20,88	1.670,40



	 <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
060	<p>PÁ COLETORA LIXO: material coletor: em plástico 100% polipropileno; Cabo em madeira com no mínimo 60cm e pá com dimensões mínimas de 20 x 20cm.</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	80	7,42	593,60
061	<p>PALLET DE PLÁSTICO - Fácil higienização, leve e atóxico; Dimensões: 150X1000X1200mm (AxLxC); Capacidade: Estática: 3000Kg; Dinâmica: 1500Kg.</p>  <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>	UND	40	373,14	14.925,60
062	<p>PANO DE CHÃO: tipo saco alvejado, confeccionado 100% algodão de 1ª qualidade, duplo, lavado e alvejado, com 18 batidas, com dimensões de 80x50 cm.</p>	UND	1500	8,60	12.900,00
063	<p>PANO DE PRATO, 1ª LINHA. DIMENSÕES: 40 CM X 68CM, 100% ALGODÃO</p>	UND	500	6,43	3.215,00
064	<p>PANO PARA LIMPEZA: 60 x 40 cm, 100% algodão, tipo flanela, com acabamento nas bordas, cor laranja.</p>	UND	1400	5,28	7.392,00
065	<p>PAPEL ALUMÍNIO 30CM X 7,5M - Dimensões: Rolo 30cm de largura x 7,5m de comprimento. Isento de furos e rasgos. Constando na embalagem do produto a identificação do fabricante, largura e comprimento do papel alumínio,</p>	UND	25	5,13	128,25




	data de fabricação, prazo de validade; tipo de papel alumínio, frase de identificação do produto e orientação para manuseio.				
066	PAPEL HIGIÊNICO: de primeira linha, folha dupla, macio, absorvente, branco, alta alvura, picotado e texturado com 100% de fibras de celulose virgem, não reciclado, rolo de 10cm x 30m. pacote c/ 12 rolos.	UND	4150	19,04	79.016,00
067	PAPEL MANTEIGA 28CM X 7,5M - Dimensões: Rolo com 28cm de largura x7,5m de comprimento; Aplicação: desenho à lápis e croquis. Características adicionais: papel claro, com ph neutro, livre de ácido. Isento de furos, rasgos ou partículas estranhas. Em rolo, sem serrilha; constando na embalagem do produto a identificação do fabricante, largura e comprimento do filme, data de fabricação, prazo de validade; tipo de filme, frase de identificação do produto e orientação para manuseio.	UND	25	5,65	141,25
068	PAPEL TOALHA, 2 DOBRAS INTERFOLHADAS, 200MMX210MM.	PCT	4000	15,60	62.400,00
069	PLÁSTICO FILME DE PVC P/ ALIMENTOS 28CM X 30M - Dimensões: Rolo com 28cm de largura x 30m de comprimento. Em plástico aderente PVC (policloreto de vinila); atóxico, inodoro, com alto brilho; tipo 9; transparente; isento de furos, rasgos ou partículas estranhas; em rolo, sem serrilha; constando na embalagem do produto a identificação do fabricante, largura e comprimento do filme, data de fabricação, prazo de validade; tipo de filme, frase de identificação do produto, orientação para manuseio, símbolo de reciclagem; o produto deve estar em conformidade com a abnt nbr 15043:2010 e alterações posteriores.	UND	50	6,53	326,50
070	PRATO DESCARTÁVEL REFORÇADO P/ REFEIÇÃO - PCT C/ 10 UN - Embalagem com 10 unidades. Formato quadrado. 21cm.	PCT	250	3,74	935,00



071	PRATO TIPO DURALEX TRANSPARENTE FUNDO - com 22 cm de diâmetro.	UND	500	6,46	3.230,00
072	Pregador de roupas - Embalagem com 12 unidades	Embalagem	100	2,79	279,00
073	PROTETOR SOLAR: Protetor solar FPS50, produto não oleoso "toque seco", testado dermatologicamente, previne o envelhecimento solar, resistente à água e ao suor, possuir aloe vera, vitamina E, conter filtros Merck ou Basf, proteção solar UVA de no mínimo 11 + UVB, previne queimaduras solares, apresentação em frasco loção, contendo no mínimo 200ml, que funciona em todos os ângulos. Conter validade mínima de 12 meses. Produto aprovado pelo imetro, registro na ANVISA. *Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: SUNDONW, NÍVEA, NUTRIEX, CENOURA&BROZE. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	100	59,61	5.961,00
074	REFIL DE POLIPROPILENO E CARVÃO GRANULADO DE 5 MICRAS: utilizado para bebedouros industriais FRISBEL 25 e 50 l: Refil descartável. Cor branco. Material: Polipropileno, carvão ativo com íons de prata. Filtros Mil 5"; Micras: 5 micras Informações adicionais: Filtros para purificação de água produzidos em polipropileno através do sistema Melt Blown e carvão ativado granulado. São sistemas que reduzem a quantidade de cloro e impurezas, melhorando o gosto e qualidade da água. Elementos filtrantes de polipropileno atóxicos, indicados para retenção de particulados como: areia, terra, ferrugem, limo, lodo entre outros resíduos orgânicos e inorgânicos tornando a água mais pura e cristalina. - Inibe a proliferação de bactérias; - Retira sabores indesejáveis da água; - Carvão Ativado; - Polipropileno (Atóxico); - Selo de aprovação do Inmetro. Especificações Técnicas: - Vazão nominal: 60 Litros/hora; - Vazão máxima recomendada: 60 Litros/hora; - Pressão de Operação: Máx.:19.6 a 392 kPa (2 a40 mca	UND	220	47,20	10.384,00



	 <p>*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.</p>				
075	RODO COM SUPORTE PLÁSTICO: c/ 30cm. a 40cm o rodo, cabo de madeira plastificada com rosca, medindo no mínimo 1,30 de comprimento, suporte plástico com borracha dupla.	UND	160	12,09	1.934,40
076	RODO COM SUPORTE PLÁSTICO, C/ 60CM. - RODO, CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA COM ROSCA, MEDINDO NO MÍNIMO 1,30 DE COMPRIMENTO, SUPORTE PLÁSTICO COM 60CM, COM BORRACHA DUPLA.	UND	85	15,61	1.326,85
077	RODO PARA PASSAR CERA: Rodo para passar cera, com espuma de mínimo de 25 cm de comprimento, com cabo encapado de no mínimo 1,30m, de 1ª qualidade.	UND	80	11,48	918,40
078	SABÃO EM BARRA, 200 GRAMAS. PACOTE COM 5 UNIDADES. - GLICERINADO E BIODEGRADÁVEL. COMPOSIÇÃO: SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS DE COCO, SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS DE SEBO E SOJA, COADJUVANTE, GLICERINA, PERFUME, PIGMENTO E ÁGUA.	PCT	250	11,97	2.992,50
079	SABÃO EM PÓ: embalagem de 1,6 kg tipo caixa de papel - composição: tensoativo aniônico, alcalizante, coadjuvante, enzima, sequestrante, branqueador óptico, corante, perfume e água. contendo: linear alquil benzeno sulfato de sódio (tensoativo biodegradável) ideal para limpar resíduos difíceis como: manchas de óleo e graxa. Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: OMO, TIXAN, BRILHANTE, ARIEL. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	700	23,37	16.359,00
080	SABONETE LÍQUIDO ANTIALÉRGICO: sabonete líquido antialérgico, contendo substância emoliente, glicerina,	UND	400	33,01	13.204,00



	antibactericida, fragrância de erva doce, isento de corantes e PH neutro. com ação detergente e umectante que proteja e evite o ressecamento das mãos. Embalagem de 5 litros.				
081	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL: para pele delicada, que limpa suavemente, dermatologicamente testado. Embalagem com 200 ml. *Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: Jonhson's, Pom Pom, Huggies. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	600	24,48	14.688,00
082	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 100 L: cor: preta, largura: 63 cm, altura: 80 cm; capacidade 100 L; pacote c/ 100 unid.	UND	550	52,73	29.001,50
083	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 15 L: cor: preta, largura: 39 cm, altura: 58 cm, capacidade 15 L; pacote c/ 20 unid.	UND	700	7,05	4.935,00
084	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 30 L: cor: preta, largura: 59 cm, altura: 62 cm. Capacidade 30 L; pacote c/ 100 unid.	UND	600	16,73	10.038,00
085	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 50 L: cor: preta, largura: 63 cm, altura: 80 cm. Capacidade 50 L; pacote c/ 100 unid.	UND	500	20,09	10.045,00
086	SACO PLASTICO PARA LIXO: 95 x 105 cm – SUPER REFORÇADO - (uso garis) 200 L - pacote c/ 100 unidades, espessura mínima de 15 micra.	UND	500	113,64	56.820,00
087	SAPATO TIPO BABUCHE ANTIDERRAPANTE EM EVA - Cor branca, sem furos, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, solado antiderrapante, resistente ao escorregamento. Tamanho a definir. 	PAR	75	126,96	9.522,00
	*imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.				



088	SAQUINHO DE PAPEL PARA PIPOCA - Dimensões aprox. 7,5x12 cm. Pacote c/ 100 und.	PCT	30	6,28	188,40
089	SAQUINHO PLÁSTICO PARA CACHORRO QUENTE - Dimensões aprox. 10x20 cm. Pacote com 100 unidades.	PCT	40	8,38	335,20
090	SAQUINHO PLÁSTICO PARA GELADINHO (CHUP-CHUP), 4X24CM - pacote com 100 unidades.	PCT	50	5,35	267,50
091	SAQUINHO PLÁSTICO PARA HAMBÚRGUER - Dimensões aprox. 10x20 cm. Pacote com 100 unidades.	PCT	20	7,88	157,60
092	SHAMPOO INFANTIL: hipoalergênico, que não provoca lágrimas. Com validade mínima de 75% da validade total a contar da data da entrega do produto. Embalagem com 200 ml. *Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: Jonhson's, Pom Pom, Huggies. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	400	21,26	8.504,00
093	SUORTE PLÁSTICO PARA COADOR DE CAFÉ - TAMANHO 103 COM FUNIL	UND	25	10,13	253,25
094	SUORTE PORTA COPO DESCARTÁVEL: tipo porta copos; possuir tecla para acionamento por pressão que libera apenas um copo por vez; confeccionado em polietileno de alta qualidade ser resistente. Deverá acompanhar kit de buchas e parafusos para a instalação. Capacidade do tubo para 100 copos de 150ml até 200ml. *imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto. 	UND	20	43,42	868,40
095	TOALHA DE ROSTO FELPUDA 100% ALGODÃO - Material: 100% Algodão (de	UND	300	19,35	5.805,00



	alta qualidade, macio e suave ao toque, resistente à desgaste) Textura: Felpuda; Tamanho: 45 x 60 cm; Peso: aproximadamente 300g; Especificações Técnicas: Gramatura: 400g/m ² ; Densidade: 250 a 280 fios Resistência à Tração: 200 a 220 N; Absorção: 35 a 4000% do peso próprio				
096	TOUCA DESCARTÁVEL. - Material TNT, tamanho único, com elástico. Pacote com 100 unidades.	PCT	100	7,66	766,00
097	VASSOURA DE NYLON - VASSOURA DE NYLON, CORPO DE PLÁSTICO MEDINDO 30CM, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO, MEDINDO 1,20M. SIMILAR: V52 CONDOR	UND	30	8,79	263,70
098	VASSOURA DE PIAÇAVA PARA GARI - com no mínimo 56 furos, cabo em madeira medindo 1,50 metros de comprimento, base de 40 cm de largura em uma única peça de madeira, sem emendas, piaçava prensada e colada na base de madeira.	UND	500	32,09	16.045,00
099	VASSOURA PIAÇAVA - NÚMERO 06, COM CERDAS DE PIAÇAVA, COM BASE DE 20 CM, CABO DE MADEIRA TIPO TRAPÉZIO - CHAPA BASE PLÁSTICO	UND	250	14,54	3.635,00
100	VASSOURA P/ LIMPEZA DE TETO (BASCULHO): com cerdas de nylon, com cabo de madeira de aproximadamente 2,40m, desmontável com duas partes e conector central.	UND	40	21,81	872,40
101	XÍCARA PARA CHÁ: em formato clássico, com base e superfícies redondas, com asa, em porcelana na cor branca, lisa, Medidas aproximadas: altura: 6 a 8 cm, diâmetro: 8,5 cm e capacidade de 200ml. Deve ser de 1ª linha, acompanhada do Pires para xícara em porcelana na cor branca, liso, em formato clássico, com base e superfícies redondas, gravado (por sublimação) com a logomarca do Cofen. Medida aproximada: diâmetro: 14,5 cm e altura de até 2 cm. Resistente a micro-ondas. KIT COM 6 UNIDADES (12 PEÇAS).	UND	9	77,20	694,80

1.2. OS ITENS OFERTADOS DEVEM CONTER AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO TERMO DE REFERÊNCIA, O MUNICÍPIO NÃO ACEITARÁ ITENS COM CARACTERÍSTICAS INFERIORES, SOMENTE COM CARACTERÍSTICAS IGUAIS OU SUPERIORES. ADEMAIS, EXCEPCIONALMENTE, PODERÃO SER APROVADAS PEQUENAS VARIAÇÕES NAS ESPECIFICAÇÕES, PARA ADEQUAÇÃO AOS PADRÕES DE CADA FABRICANTE, DESDE QUE NÃO CONFIGURE PERDA DE QUALIDADE EM RELAÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS.

1.3. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

1.3.1 Justifica-se a adoção do critério de julgamento por menor preço por item, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a divisão por itens não representa perda de economia de escala e a divisão em itens se apresenta técnica e economicamente viável, uma vez que se trata de objeto divisível e existirá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, não se enquadrando como bens de luxo, conforme Decreto Municipal nº 553/2024.

1.5. O prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.6. O prazo de vigência da ARP será contado do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura.

1.7. A Minuta da ARP (**Anexo III**), oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. A forma de execução da contratação será em regime de empreitada por **preço unitário**.

1.9. **A Prefeitura de Teixeira não está obrigada a contratar a totalidade do item licitados.**

1.10. As especificações técnicas do Termo de Referência foram delimitadas de forma a atender às necessidades desta Administração em sua totalidade, levando em consideração a realidade do mercado. Os critérios ora adotados dentro da razoabilidade, buscam garantir a qualidade técnica do objeto a ser executado, bem como a economicidade para o município.

1.11. Esta aquisição será regida pela Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, alterado pela Lei Complementar 147/2014, e demais normas aplicáveis para a contratação em questão.

1.12. A adoção de SRP (Sistema de Registro de Preços) se justifica pela necessidade de contratações frequentes, com aquisição e entrega parceladas, conforme as necessidades que efetivamente se concretizem, sendo evidente que pela natureza dos itens, não se pode precisar o quantitativo exato a ser utilizado pela Municipalidade, vez se tratar de produtos cuja aquisição é frequente pelo ente local, sendo realizado de acordo com a demanda.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os Requisitos da Contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. Os bens objetos deste Termo de Referência deverão ser entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência, não podendo haver produtos que não estejam adequados à utilização, sob pena de devolução de todos os produtos/materiais/bens fornecidos.
- 5.2. Os fornecedores terão o prazo máximo de **07 (sete) dias úteis** contados após o recebimento da Autorização de Fornecimento, para a efetivação da entrega dos produtos ao Município, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxas de descargas, embalagens, dentre outros.
- 5.2.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. A Autorização de Fornecimento, a ser emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Teixeira-MG, será realizada de forma eletrônica por sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail ou outro meio de comunicação formal definido pela administração.
- 5.4. O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o nome do responsável pelo atendimento e pedido de compras, bem como telefone e endereço de e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as Autorizações de Fornecimento.
- 5.5. Considera-se como data de recebimento da Autorização de Fornecimento:
- a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de Autorização de Fornecimento enviada por e-mail;
 - b) O dia do recebimento da correspondência, no caso de Ordem de Fornecimento enviada por meio postal.
- 5.6. As entregas se darão conforme a demanda do Município, de forma fracionada ou não, conforme as necessidades efetivas, devendo o vencedor cumprir rigorosamente o prazo estipulado neste Termo de Referência.
- 5.7. A entrega dos produtos deverá ocorrer no Município de Teixeira-MG, no local a ser indicado na Autorização de Fornecimento.
- 5.8. Os produtos/equipamentos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo fiscal técnico, fiscal administrativo ou fiscal setorial (quando houver), ou equipe de fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.9. Os produtos/equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.10. A Prefeitura Municipal de Teixeira-MG não se obriga a receber produtos/equipamentos que não estejam de acordo com as especificações e exigências da Administração Municipal; caso haja alguma divergência quanto às especificações dos bens objetos deste Termo de Referência, da Proposta e da Autorização de Fornecimento, a licitante terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para substituir os produtos/equipamentos, a contar da notificação da Contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.11. Os produtos/equipamentos serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.11.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

5.13. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc.).

5.14. As embalagens primárias dos materiais devem apresentar o número do lote, data de fabricação, manual de instruções (se aplicável ao item) e prazo de validade.

5.15. Os produtos deverão vir armazenados em caixas apropriadas para seu transporte e entregas obrigatoriamente nas embalagens primárias e secundárias. Os produtos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser separados em embalagens próprias.

5.16. Os dados constantes na embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo e etc., deverão corresponder ao conteúdo interno da mesma, as embalagens primárias e de consumo.

5.17. Caso o produto venha a sofrer alterações que impliquem em perda de qualidade no prazo de sua validade, fica o proponente obrigado a efetuar a troca dos mesmos nas especificações e quantidades relativas, sem nenhum ônus para o Município, no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de notificação.

5.18. Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente repostado, sem qualquer ônus adicional para o Município e cumprindo o prazo previsto neste Termo de Referência para conclusão da entrega do produto/equipamento.

5.19. A empresa deverá entregar o produto na marca cotada na proposta, caso contrário serão aplicadas as penalidades previstas neste Termo de Referência; excepcionalmente, mediante autorização prévia do Município ou dos respectivos Municípios participantes, poderão ser entregues equipamentos/produtos de marcas diferentes da indicada originalmente na proposta, sempre avaliados os motivos para tanto e a critério EXCLUSIVO de cada solicitante.

5.20. Caso não cumpridas as exigências, o Fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes deste Edital, sem nenhum ônus para o Município e ficará sujeito às penalidades previstas neste Edital.

5.21. Caso seja detectada alguma irregularidade no transporte dos produtos/equipamentos, a mercadoria poderá ser recebida, porém, imediatamente será solicitada ao fornecedor a troca dos produtos/equipamentos, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o Município. Este procedimento visa garantir que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

5.22. Os bens objetos do presente Termo de Referência, deverão atender à [Lei Federal nº 8.078/1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).;

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.23. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, por meio de instrumentos de controle. ([art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([art. 117, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

6.7.2 O fiscal técnico do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. ([art. 117, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

6.7.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.7.7 O fiscal técnico do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual. ([art. 117, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos referentes as obrigações previdenciárias, fiscais e/ou trabalhistas, e outros aspectos acessórios à execução do objeto, como também quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento. ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.10. Demais atribuições previstas no art. 23 do Decreto Municipal 553/2024.

FISCAL DE CONTRATO

LOTAÇÃO	NOME	FUNÇÃO	MATRICULA
SECRETARIA DE ADM/PLAN/CONTROLADORIA	JOSÉ LIZIO BARTOLOMEU PEREIRA	CH. DIV. PLAN. ORÇAMENTO E CONTROLADORIA	3550
SECRETARIA DE SAÚDE	ALESSANDRO CUSTÓDIO DIAS	COORDENADOR ESF	1716
SECRETARIA DE SAÚDE	CAMILA MIRANDA MARTINS BREGUEZ	GERENTE ESF	3508
SECRETARIA DE SAÚDE	GÉSSICA CAROLINE PEREIRA	GERENTE ESF	4113
SECRETARIA DE SAÚDE	LUCAS ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA	CH. SEÇÃO CONTROLE DE ZONOSSES	4126
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MARCOS ANTÔNIO FERNANDES SOUZA	CH. DIV. EDUCAÇÃO INFANTIL	3696
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	RENATA LUCIA MARTINS SILVA	CH. DIV. ENSINO FUNDAMENTAL	3574
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ALICE APARECIDA GOMES FLORINDO	ORIENTADOR SOCIAL	4039

Gestor do Contrato

6.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.18. Demais atribuições previstas no art. 22 do Decreto Municipal 553/2024.

GESTOR DE CONTRATO

LOTAÇÃO	NOME	FUNÇÃO	MATRICULA
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	MICAELLE JESSICKA FERREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	3984

7. DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. O recebimento provisório dos produtos ficará a cargo do fiscal do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, e o recebimento definitivo, a cargo do gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver.

7.2. O recebimento provisório e definitivo dos produtos deve ser realizado em consonância com as regras definidas no ato convocatório.

7.3. Ao realizar o recebimento dos produtos, o órgão ou entidade deve observar o princípio da segregação das funções.

7.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([art. 140, inciso I, "a", da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

7.5. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal do contrato o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a entrega até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3 A fiscalização não efetuará o ateste da entrega até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([art. 119](#) c/c [art. 140](#) da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.7.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança e confiabilidade do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação e Prazo de pagamento

7.13. Para fins de liquidação, a contratada **deverá** apresentar nota fiscal dos produtos entregues;

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até **15 (quinze)** dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1 O prazo de validade;

7.15.2 A data da emissão;

7.15.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4 A descrição dos itens;

7.15.5 O valor a pagar; e

7.15.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

7.18. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos em que se constarem os débitos.

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O contratado será selecionado por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.2. O regime de execução do contrato será o de **empreitada por preço unitário**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.10. A apresentação do Contrato Social poderá ser dispensada, nos casos em que o fornecedor constar com seus dados cadastrais atualizados no Cadastro Geral do Município (CGM).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.15. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.16. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.17. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.17.1 Em virtude da natureza desta licitação, que se destina à contratação de bens e serviços, inclusive para entrega imediata, a documentação exigida para a qualificação econômico-financeira dos licitantes será restrita à apresentação da "Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial", conforme preconizado pela Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Tal certidão deve ser emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, devendo ser apresentada dentro do período de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua emissão ou dentro do prazo de validade especificamente declarado no documento.

8.17.2 Consequentemente, fica dispensada a exigência de entrega dos demais documentos contábeis para a habilitação econômico-financeira, inclusive em observância ao disposto no art. 70, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, salvo se a natureza e complexidade do objeto contratual justificarem a exigência do Balanço Patrimonial dos últimos dois exercícios financeiros. Nesses casos, deverá ser assegurado que tal exigência cumpra os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sem restringir indevidamente a competitividade do certame, conforme o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e os princípios da Administração Pública. A justificativa para a exigência do Balanço Patrimonial deverá estar claramente fundamentada no instrumento convocatório, demonstrando a pertinência da exigência em relação à natureza do objeto da licitação.

8.17.3 Essa cláusula fundamenta-se no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a necessidade de equilíbrio nas exigências de qualificação econômico-financeira. Baseia-se em jurisprudência consolidada, como os Acórdãos 1214/2013-TCU-Plenário, 2763/2016-TCU-Plenário e 1.335/2010-TCU-Plenário, que reforçam a importância de não estabelecer exigências que comprometam a competitividade da licitação.

Qualificação Técnica (Exclusiva para participação nos itens 01, 03, 21, 23, 31, 32, 33, 78 e 79 – saneantes, conforme RDC N° 59, de 17 de dezembro de 2010)

8.18. **Alvará Sanitário** emitido pelo Órgão Municipal competente ou documento equivalente emitido por Órgão Federal ou Estadual que comprove sua atividade comercial ou quando dispensado no Município de origem da empresa licitante, deverá ser apresentada declaração, legislação municipal ou outro documento que comprove a dispensa do alvará sanitário;

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação será de R\$ 672.599,92 (seiscentos e setenta e dois mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios consignados no Orçamento do Município, sendo informados na declaração de disponibilidade orçamentária, documento presente nos autos deste processo.

As especificações e condições dos itens é de responsabilidade exclusiva da secretaria requisitante, não sendo atribuído ao Agente de Contratação e Equipe de apoio quaisquer culpabilidades neste sentido.

Teixeiras, 21 de novembro de 2024.

SOLANGE APARECIDA DE ALMEIDA SILVA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA

ANEXO I-A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por fim encontrar a melhor solução para atender à necessidade do **Município de Teixeira-MG**, nos termos a seguir expostos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O município de Teixeira/MG necessita manter ambientes públicos seguros e livres de contaminação, de modo a prevenir a disseminação de doenças e promover o bem-estar de funcionários e cidadãos que fazem uso dos prédios públicos. Também é uma necessidade, garantir o funcionamento regular de setores públicos e atender a demandas cotidianas básicas dos servidores, permitindo melhor organização e eficiência no ambiente de trabalho.

Além disso, esta Prefeitura tem por obrigação, assegurar proteção aos trabalhadores municipais contra riscos físicos, químicos ou biológicos, especialmente para realização de serviços essenciais, como produção de alimentos, limpeza geral e obras públicas.

Portanto, a elaboração deste estudo se faz necessária para apontar qual a melhor solução possível para que tal problema seja resolvido com a eficiência e eficácia que o município exige.

Ressalta-se que tal contratação pode ser definida com descritivo usual no mercado podendo ser enquadrada como aquisição de bens comuns de acordo com o art. 6º, XIII, da Lei nº. 14.133/2021.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Embora o Município de Teixeira ainda não tenha consolidado seu Plano de Contratações Anual (PAC), a aquisição dos itens objeto da presente contratação encontram-se alinhados ao planejamento do Município, uma vez que são de uso rotineiro e essencial desta Administração, tendo, assim, previsão orçamentária para sua realização neste ano e no próximo ano contábil.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

A contratação deverá se basear no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, dentro do que for aplicável aos itens. Para a contratação o requisito fundamental é de que os materiais solicitados estejam de acordo com as especificações descritas no detalhamento dos itens e que cumpram as normas técnicas regulamentadoras, tal como do INMETRO, ANVISA (em especial a RDC 59/2010, RDC 752/2022) e NR-06, sempre que aplicável aos itens.

Para os produtos que se enquadrarem, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no produto, ou na respectiva embalagem.

Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, será exigido o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, não sendo obrigatória a apresentação da certificação do INMETRO, podendo ser apresentadas certificações equivalentes.

Produtos Saneantes e produtos de higiene pessoal – exceto papel higiênico e papel toalha)

Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

Equipamentos de Proteção e Segurança Individual

Para a contratação o requisito fundamental para aquisição dos EPIs e de demais equipamentos é que os produtos solicitados estejam de acordo com as especificações descritas no detalhamento dos itens e que tenham registro junto ao Ministério do Trabalho e Previdência, atendendo aos seus normativos (Norma Regulamentadora - 06).

Indicação de marcas e modelos

Nesta contratação será admitida a indicação de marcas e modelos, uma vez que tal indicação permite:

- a. Definir padrões de qualidade: Uma marca/modelo de referência serve como parâmetro de desempenho, durabilidade e confiabilidade, assegurando que os produtos adquiridos atendam aos requisitos técnicos e funcionais esperados por esta administração.
- b. Evitar produtos de baixa qualidade: A indicação de uma ou mais marcas/modelos evita que fornecedores apresentem produtos de qualidade inferior ou inadequados, garantindo que os itens ofereçam o desempenho necessário.
- c. Facilitar a elaboração das propostas por parte dos fornecedores: Ao estabelecer marcas/modelos de referência, é possível que os fornecedores elaborem suas propostas de forma mais precisa, assegurando que todos os concorrentes atendam a critérios técnicos similares.

Ressalta-se que a indicação de marcas e modelos de referência visa garantir a qualidade mínima e a adequação técnica dos produtos, sem o intuito de limitar a concorrência, uma vez que é possível que sejam ofertadas outras marcas equivalentes com a mesma qualidade e desempenho ou com especificações superiores.

Requisitos técnicos

Os requisitos técnicos serão delimitados no tópico 8 do Termo de Referência;

Da exigência de amostra

Não será exigida amostra para esta contratação. Porém, ao ser solicitado, a licitante deverá enviar um prospecto/folder dos materiais/equipamentos ofertados, comprovando através de documentos técnicos (de preferência no Manual), referente aos itens, todas as características exigidas nas especificações técnicas, permitindo a manifestação fundada e conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução proposta.

Em relação aos EPI's, caso solicitado pela pregoeira, deverá ser enviado o Certificado de Aprovação (CA) do respectivo EPI.

Caso não houver o envio do prospecto (folheto do produto) dentro do prazo estabelecido, a proposta será recusada.

Da Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que sua exigência de garantia pode tornar sua execução mais complexa e excessivamente onerosa para o órgão.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

O quantitativo estimado foi baseado naquele suficiente para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais, conforme quantitativo detalhado no DFD e unificado na tabela abaixo.

Item	Descrição	UND	Quant.
001	ÁGUA SANITÁRIA: alvejante e desinfetante. à base de solução estabilizada de hipoclorito de sódio, com 2 a 2,5% de cloro ativo. O rótulo deve conter data de validade, dados do fabricante, princípio ativo, composição do produto e conteúdo líquido. Embalagem individual, em plástico resistente (que não estoure no empilhamento e de acordo com ABNT/NBR 13390: 05/1995). Com validade mínima de 75% da validade total a contar da data da entrega do produto. Embalagem de 2 L com ação alvejante e desinfetante. PRODUTO COM REGISTRO NA ANVISA.	UND	4000
002	ALCOOL GEL ANTISEPTICO 70%: com hidratante aloe vera, para antissepsia complementar das mãos. Embalagem com 5L	UND	80
003	Amaciante de roupas - Aspecto Físico: Líquido Viscoso, Composição: Tensoativo Catiônico (ou não iônico), Coadjuvante, Aplicação: Amaciante Artigos Têxteis, Características Adicionais: Líquido Concentrado, Solúvel Água, Base Sal Amônio. Embalagem com 2 litros. *	UND	50

	Marcas de referência: Ypê, Baby Soft ou Confort. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.		
004	AVENTAL IMPERMEÁVEL - Em napa ou vinil, cor branca ou transparente. Tamanho a definir.	UND	75
005	Avental térmico impermeável - Material: 100% Algodão Metalizado, Características Adicionais: Tiras E Alças De Ajuste, Aplicação: Cozinha Industrial, Tamanho: A definir.	UND	50
006	AVENTAL TIPO BATA - Material: Oxford 100% poliéster; Com bolso; Tamanho: a definir. Com regulagem; Ajuste: tiras laterais na altura da cintura;	UND	75
007	BALDE PLÁSTICO, 10 LITROS: confeccionado em plástico resistente, alça em metal	UND	50
008	BALDE PLÁSTICO, 12 LITROS: confeccionado em plástico resistente, para concreto, graduado, preto, com pegador no fundo e alça em metal.	UND	20
009	BALDE PLÁSTICO, 20 LITROS. - CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE, ALÇA EM METAL.	UND	40
010	BOBINA DE SACO PLASTICO, PICOTADO - DE POLIETILENO, FABRICADAS SEGUNDO AS NORMAS DE SEGURANÇA E QUALIDADE, P/ ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, 40X60 CM, BOBINA COM 450 UNIDADES.	UND	60
011	BOBINA DE SACO PLÁSTICO PICOTADO - DE POLIETILENO, FABRICADA SEGUNDO NORMAS DE SEGURANÇA E QUALIDADE, P/ ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS, 20X30CM, BOBINA COM 500 UNIDADES.	UND	50
012	BORRIFADOR MANUAL - 500ML, COM GATILHO, EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE.	UND	30
013	BOTA DE BORRACHA, CANO CURTO 16 CM - antiderrapante - na cor branca, confeccionada com policloreto de vinila (PVC) e borracha nitrílica. possui injeção em duas etapas (sola e cano) com fusão em uma peça só, totalmente impermeável, resistente a flexão, tração e abrasão, leve, macia e confortável com maior resistência em contato com materiais de limpeza em geral. tamanhos a definir. Embalagem contendo o par (pé direito e esquerdo).	UND	75
014	BOTA DE BORRACHA, CANO MÉDIO: antiderrapante - na cor branca, confeccionada com policloreto de vinila (PVC) e borracha nitrílica. possui injeção em duas etapas (sola e cano) com fusão em uma peça só, totalmente impermeável, resistente a flexão, tração e abrasão, leve, macia e confortável com maior resistência em contato com materiais de limpeza em geral. tamanhos a definir. Embalagem contendo o par (pé direito e esquerdo)	UND	50
015	BOTA DE BORRACHA, CANO MÉDIO: antiderrapante - na cor preta, confeccionada com policloreto de vinila (pvc) e borracha nitrílica. possui injeção em duas etapas (sola e cano) com fusão em uma peça só, totalmente impermeável, resistente a flexão, tração e abrasão, leve, macia e confortável com maior resistência em contato com materiais de limpeza em geral. tamanhos a definir. Embalagem contendo o par (pé direito e esquerdo).	UND	80
016	BOTA DE SEGURANÇA EM MICROFIBRA SOLADO PU: com proteção elétrica e mecânica - confeccionada em microfibra (tecido de fibra curta de alta performance, mais leve, resistente à água, respirável, lavável, antibacteriano, resistente a produtos químicos, não propaga chamas, permite o realce de cores e é ecológica); biqueira de polipropileno (plástico). colarinho soft acolchoado com forração Air Comfort respirável. fechamento em elástico nas laterais. palmilha de montagem em poliéster resinado. palmilha antibacteriana removível. solado isolante em PU com sistema de absorção de impacto injetado diretamente ao cabedal. Deverá possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: Marluva 70b19. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas. indicar o C.A. da botina junto com a marca.	UND	300
017	CAFETEIRA DE ALUMÍNIO 5L: Bule Grande Alumínio Reforça do tipo Hotel Cabo Baquelite ou madeira com tampa em alumínio Nº 8 capacidade 5 Lts.	UND	10
018	CANECA DE ALUMINIO 3L: canecão de alumínio, tamanho médio, com alça em madeira ou baquelite, reforçado com capacidade de 3 litros.	UND	15
019	CANECA DE ALUMINIO 5L: canecão de alumínio, tamanho médio, com alça em madeira ou baquelite, reforçado com capacidade de 5 litros.	UND	5
020	CANECA DE PLÁSTICO ESCOLAR 400ML - Resistente, cores variadas. Dimensões: 8,5x8,5x9 cm.	UND	1000
021	CERA LÍQUIDA: auto brilho, incolor proteção, brilho e perfume para diversos tipos de piso, dispensa enceradeira. Embalagem 750ml. Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: INGLESA MAXX, BRILHO FÁCIL, POLIFLOR. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	1500
022	CHAPÉU MODELO AUSTRALIANO COM PROTEÇÃO DE PESCOÇO: Chapéu modelo Australiano com protetor de nuca fixo para proteger contra os raios solares. Deverá possuir botões de pressão nas laterais da aba e no protetor de pescoço para mudar o modelo de pescador para. Possível de ajustar a qualquer cabeça, dispondo de uma cordinha, permitindo o chapéu ficar preso a ela. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Modelo: unissex; Material: Brim 100% algodão, Tamanho único para adulto; Circunferência aproximada: 106 cm; Diâmetro total: 34 cm; Diâmetro interior: 18 cm; Circunferência interior: 60 cm; Cor: Cinza Chumbo	UND	80
023	CLORO ALVEJANTE: alvejante, aspecto físico líquido, apresentação bombona, aplicação remoção de manchas, finalidade alvejante e desinfecção de roupas. frasco de 5L.	UND	500
024	COADOR DE CAFÉ DE PANO: em algodão, tamanho mínimo 12cm de diâmetro, com cabo de arame de aço galvanizado revestido de PVC	UND	50



025	COLHER DE AÇO INOX - Com cabo de plástico, jogo com 12 unidades.	Jogo	50
026	COLHER DESCARTÁVEL REFORÇADA PARA REFEIÇÃO - EMBALAGEM C/ 50 UNIDADES. - Pacote com 50 unidades. Devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externa. Acondicionado conforme praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade e higiene do produto até o seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Na cor branca.	PCT	50
027	CONDICIONADOR INFANTIL: hipoalergênico, que não provoca lágrimas. Com validade mínima de 75% da validade total a contar da data da entrega do produto. Embalagem com 200 ml. *Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: Jonhson's, Pom Pom, Huggies. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	400
028	COPO DESCARTÁVEL 200ML PACOTE COM 100 UNIDADES - CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLÁSTICA, SÃO HOMOGÊNIOS, ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES, BORDAS AFIADAS. É ATENDIDO PELAS CONDIÇÕES GERAIS DA NBR 14865 E NBR 13230 DA ABNT. COMPOSIÇÃO: PP COR: TRANSPARENTE	PCT	3400
029	COPO DE VIDRO: (tipo americano), 200 ml, canelado, caixa com 24 uni.	UND	9
030	CUMBUCA DESCARTÁVEL - em isopor térmico 15 cm, pacote com 10 unidades.	PCT	100
031	DESINFETANTE DE USO GERAL: tipo: pronto uso; ação principal: bactericida e germicida; princípio ativo: cloreto de benzalcônio mínimo 0,28%; composição básica: tensoativos não iônicos; fragrância: lavanda, eucalipto ou pinho embalagem de 5 litros. Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: YPÊ, VEJA. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	1100
032	DESODORIZADOR SANITÁRIO: paradiclóro benzeno, essência e corante, fragrância de lavanda, tablete sólido (pedra sanitária), c/ 35 g. embalagem com 1 unidade de pedra sanitária e 1 suporte compatível para fixação na borda interna do vaso sanitário.	UND	350
033	DETERGENTE LIQUIDO: composição: tensoativos aniônicos/biodegradáveis, coadjuvante, preservantes, componente ativo: linear alquibenzeno sulfonato de sódio, aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres, panelas e, aroma: neutro, com alto poder de limpeza para a completa remoção das sujidades, possuir PH neutro características adicionais: concentrado, hipoalergênico (testado dermatologicamente), embalagem descartável, com tampa push pool, aspecto físico: líquido viscoso, embalagem de 500 ml. Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: Ypê, Minuano, Limpol. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	9500
034	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA: capacidade de toalhas: 1000, material: plástico; tipo papel: interfolhado; com trava de segurança; modo de fixação: bucha e parafuso.	UND	40
035	DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO/ALCOOL: abertura inteligente e segura dispensa chave, resistência a alto impacto, já acompanha reservatório de 800 ml, processo de produção por injeção termoplástica cor: branca.	UND	40
036	ESCOVA PARA SANITÁRIO: uso em sanitário, com cerdas plásticas, tamanho padrão, com cabo em plástico resistente e suporte.	UND	150
037	ESCOVA PLÁSTICA MULTIUSO: para limpeza doméstica, com cerdas em nylon, suporte em plástico, ideal para lavar roupas, tamanho média	UND	150
038	ESFREGÃO ROTATIVO DO TIPO MOP COM BALDE MÓVEL: Descrição: Mop esfregão em microfibra super pluma macia e deslizante com balde em polipropileno com cesto para centrifugação, giratório em 360°, cabo em aço inoxidável regulável e inclinável em 180°, base de microfibra, alcance de aproximadamente 124 cm. Balde com no mínimo 12 litros. Kit contendo balde com centrifuga, cabo ajustável, base esfregão e 2 refis de microfibra. Garantia: mínima de 3 (três) meses.	UND	10
039	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE, MULTIUSO: produto não tecido, à base de fibras sintéticas e minerais abrasivos unidos por resina à prova de água, usado para limpeza em geral. formato retangular. lado verde (fibra abrasiva) para limpeza mais difícil e lado amarelo (espuma macia) para superfícies delicadas. composição: poliuretano e fibra sintética verde e amarela. ideal para lavar copos, pratos, talheres, utensílios em geral. Deverá ser entregue em embalagem individual contendo 1 und. (não serão aceitos produtos desembalados e nem em embalagens diferentes do solicitado)	UND	4500
040	FAQUEIRO 24 PÇAs: material dos talheres: Aço Inoxidável; contendo 6 facas; 6 colheres; 6 garfos; 6 colheres de café, cabo em aço inoxidável.	UND	6
041	FILTRO COADOR PERMANENTE DE CAFÉ PARA PORTA FILTRO 103: fabricado com micro-tela de poliéster de alta resistência e durabilidade, costurado eletronicamente.	UND	30
042	FILTRO DE ÁGUA COMPLETO FRISBEL: utilizado para bebedouros industriais FRISBEL 25 e 50 l: filtro completo com base PVC com Refil descartável. Cor branco. Material: Polipropileno, carvão ativo com íons de prata. Filtros Mil 5"; Micras: 5 micras Informações adicionais: Filtros para purificação de água produzidos em polipropileno através do sistema Melt Blown e carvão ativado granulado. São sistemas que reduzem a quantidade de cloro e impurezas, melhorando o gosto e qualidade da água. Elementos filtrantes de polipropileno atóxicos, indicados para retenção de particulados como: areia, terra, ferrugem, limo, lodo entre outros resíduos orgânicos e inorgânicos tornando a água mais pura e cristalina. - Inibe	UND	130



	a proliferação de bactérias; - Retira sabores indesejáveis da água; - Carvão Ativado; - Polipropileno (Atóxico); - Selo de aprovação do Inmetro. Especificações Técnicas: - Vazão nominal: 60 Litros/hora; - Vazão máxima recomendada: 60 Litros/hora; - Pressão de Operação: Máx.:19.6 a 392 kPa		
043	FILTRO DE REPOSIÇÃO PARA PURIFICADOR DE ÁGUA DE MESA ELETRÔNICO MODELO CPB34AS CONSUL: o refil filtro Consul CIX06AX aprovado de acordo com a NBR 16098:2012. Destinado ao uso em água que atende à portaria Nº 2.914 do ministério da saúde. Material Polipropileno e bloco de carvão. Justifica-se a definição de marca pois já existem bebedouros desta marca específica nos prédios da administração e outros modelos podem ser incompatíveis.	UND	10
044	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL (TAMANHO G): Para crianças de 9 a 12 kg. Formato anatômico de cintura ajustável, dotada de recortes nas pernas, de preferência com 2 a 4 elásticos, possibilitando ajuste perfeito. Seu revestimento interno deverá ser confeccionado de polpa de celulose e gel ultra absorvente, com dupla camada de proteção, bordas úmidas entre si, fixando a camada intermediária, evitando seu deslocamento durante o uso e barreira anti vazamento impermeáveis nas laterais. Ser isenta de substâncias alergênicas ou tóxicas, apresentar superfície uniforme, livre de empelotamentos, ou qualquer outro defeito.	UND	3500
045	FRALDA GG FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL (TAMANHO XG): Para crianças acima de 12 kg com formato anatômico de cintura ajustável, tipo calça, dotada de recortes nas pernas, de preferência com 2 a 4 elásticos, possibilitando ajuste perfeito. Seu revestimento interno deverá ser confeccionado de polpa de celulose e gel ultra absorvente, com dupla camada de proteção, bordas úmidas entre si, fixando a camada intermediária, evitando seu deslocamento durante o uso e barreira antivazamento impermeáveis nas laterais. Ser isenta de substâncias alergênicas ou tóxicas, apresentar superfície uniforme, livre de empelotamentos, ou qualquer outro defeito.	UND	3500
046	GARFO DESCARTÁVEL REFORÇADO P/ REFEIÇÃO. PACOTE C/ 50 UNIDADES. - Pacote com 50 unidades. Devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujeira interna ou externa. Acondicionado conforme praxe do fabricante, de forma a garantir a integridade e higiene do produto até o seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Na cor branca.	PCT	50
047	GARRAFÃO TÉRMICO 5 LITROS: garrafa com material térmico, capacidade 5 litros, aplicação líquidos quentes e frios, tampa roscada, com tampa que serve como copo.	UND	11
048	GARRAFA TÉRMICA 1 LT.: com ampola de vidro, alça ergonômica e rolha corta-gotas que evita pingos após servir. ideal para líquidos quentes ou frios, com excelente eficiência térmica. tampa pode ser utilizada como copo. livre de bisfenol (bpa free)	UND	30
049	GUARDANAPO DE PAPEL PCT. C/COM 50 UNIDADES - FOLHA SIMPLES E BRANCA 23 X 22 CM	PCT	800
050	ISQUEIRO. COM CERTIFICADO IMETRO. - CORPO REVESTIDO EM PLÁSTICO, DIMENSÕES 7,5. PESO APROXIMADO DE 10 GRAMAS, COM ACENDEDOR, GÁS EMBUTIDO, DESCARTÁVEL.	UND	110
051	LÃ DE AÇO CARBONO: pacote 60 grs. com 8 unidades - formato retangular, abrasividade média, aplicação utensílios e limpeza em geral, características adicionais textura macia e isenta de sinais de oxidação. Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: BOM BRILL, ASSOLAN. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	700
052	LIXEIRA EM PLÁSTICO: com tampa e acionamento via pedal. Capacidade mínima de 10 litros, na cor preta.	UND	40
053	LIXEIRA PLÁSTICA: capacidade de 50 L, na cor branca, c/pedal plástico - com alças largas que não ferem as mãos, produzida em polipropileno de alta resistência a impactos, pode ser utilizada em ambientes externos, exposta ao sol, chuva e poluição sem sofrer desgaste por exposição aos elementos, sua tampa com sistema de abertura e fechamento através de pedal resistente e com sistema de ativação do pedal através de fita plástica, caracterizada por ser resistente e durável, promove a vedação do coletor evitando a dispersão de odores e a entrada de insetos, além de evitar os riscos de contaminação. possuir rótulo com rótulo de "resíduo infectante".	UND	15
054	LUVA DE NEOPRENE: material: palma em Neoprene e punho em látex, forrada com aplicação: manuseio de ácidos, álcalis e detergentes, cor: bicolor, amarela, com palma azul, espessura: 1 mm, tamanhos: M, G e GG, características adicionais: alta resistência, anti-alérgica, limpeza delicada. Embalagem individual contendo 1 par.	UND	200
055	LUVA EM MALHA PIGMENTADA: tamanho a combinar possuindo 4 fios de algodão e poliéster para obter maior resistência e conforto. possuem palma revestida com pigmentos de PVC para maior aderência. Embalagem contendo o par.	UND	200
056	LUVA TÉRMICA PARA COZINHA - Luva de segurança confeccionada em grafatex de algodão quatro fios, com tratamento retardante a chamas e impermeabilizante, costura em linha de para-aramida. Resistente a temperatura de até 250°. Tamanho 35 cm. Ideal para calor de contato, conectivo ou radiante. Tipo dois dedos (mão de gato).	PAR	20
057	MANGUEIRA DE PVC 30m: PVC – Cloreto de Polivinila, trançada reforçada, uso: limpeza e jardim, com engate e esguicho com diâmetro de 1/2" (comprimento 30 metros).	UND	19



058	MANGUEIRA DE PVC 50m: PVC – Cloreto de Polivinila, trançada reforçada, uso: limpeza e jardim, com engate e esguicho com diâmetro de 1/2" (comprimento 50 metros).	UND	15
059	MANGUITO UV MANGA LONGA: manguito de proteção solar UV 50+. Confeccionado em 90% Poliéster e 10% Elastano, com fator de proteção FPS 50, cobertura em todo o braço. Tamanhos variados Gênero: unissex (embalagem contendo o par).	UND	80
060	PÁ COLETORA LIXO: material coletor: em plástico 100% polipropileno; Cabo em madeira com no mínimo 60cm e pá com dimensões mínimas de 20 x 20cm.	UND	80
061	PALLET DE PLÁSTICO - Fácil higienização, leve e atóxico; Dimensões: 150X1000X1200mm (AxLxC); Capacidade: Estática: 3000Kg; Dinâmica: 1500Kg.	UND	40
062	PANO DE CHÃO: tipo saco alvejado, confeccionado 100% algodão de 1ª qualidade, duplo, lavado e alvejado, com 18 batidas, com dimensões de 80x50 cm.	UND	1500
063	PANO DE PRATO, 1ª LINHA. DIMENSÕES: 40 CM X 68CM, 100% ALGODÃO	UND	500
064	PANO PARA LIMPEZA: 60 x 40 cm, 100% algodão, tipo flanela, com acabamento nas bordas, cor laranja.	UND	1400
065	PAPEL ALUMÍNIO 30CM X 7,5M - Dimensões: Rolo 30cm de largura x 7,5m de comprimento. Isento de furos e rasgos. Constando na embalagem do produto a identificação do fabricante, largura e comprimento do papel alumínio, data de fabricação, prazo de validade; tipo de papel alumínio, frase de identificação do produto e orientação para manuseio.	UND	25
066	PAPEL HIGIÊNICO: de primeira linha, folha dupla, macio, absorvente, branco, alta alvura, picotado e texturado com 100% de fibras de celulose virgem, não reciclado, rolo de 10cm x 30m. pacote c/ 12 rolos.	UND	4500
067	PAPEL MANTEIGA 28CM X 7,5M - Dimensões: Rolo com 28cm de largura x 7,5m de comprimento; Aplicação: desenho à lápis e croquis. Características adicionais: papel claro, com ph neutro, livre de ácido. Isento de furos, rasgos ou partículas estranhas. Em rolo, sem serrilha; constando na embalagem do produto a identificação do fabricante, largura e comprimento do filme, data de fabricação, prazo de validade; tipo de filme, frase de identificação do produto e orientação para manuseio.	UND	25
068	PAPEL TOALHA, 2 DOBRAS INTERFOLHADAS, 200MMX210MM.	PCT	4000
069	PLÁSTICO FILME DE PVC P/ ALIMENTOS 28CM X 30M - Dimensões: Rolo com 28cm de largura x 30m de comprimento. Em plástico aderente PVC (policloreto de vinila); atóxico, inodoro, com alto brilho; tipo 9; transparente; isento de furos, rasgos ou partículas estranhas; em rolo, sem serrilha; constando na embalagem do produto a identificação do fabricante, largura e comprimento do filme, data de fabricação, prazo de validade; tipo de filme, frase de identificação do produto, orientação para manuseio, símbolo de reciclagem; o produto deve estar em conformidade com a abnt nbr 15043:2010 e alterações posteriores.	UND	50
070	PRATO DESCARTÁVEL REFORÇADO P/ REFEIÇÃO - PCT C/ 10 UN - Embalagem com 10 unidades. Formato quadrado. 21cm.	PCT	250
071	PRATO TIPO DURALEX TRANSPARENTE FUNDO - com 22 cm de diâmetro.	UND	500
072	Pregador de roupas - Embalagem com 12 unidades	Embalagem	100
073	PROTETOR SOLAR: Protetor solar FPS50, produto não oleoso "toque seco", testado dermatologicamente, previne o envelhecimento solar, resistente à água e ao suor, possuir aloe vera, vitamina E, conter filtros Merck ou Basf, proteção solar UVA de no mínimo 11 + UVB, previne queimaduras solares, apresentação em frasco loção, contendo no mínimo 200ml, que funciona em todos os ângulos. Conter validade mínima de 12 meses. Produto aprovado pelo imetro, registro na ANVISA. *Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: SUNDONW, NÍVEA, NUTRIEX, CENOURA&BROZE. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	100
074	REFIL DE POLIPROPILENO E CARVÃO GRANULADO DE 5 MICRAS: utilizado para bebedouros industriais FRISBEL 25 e 50 l: Refil descartável. Cor branco. Material: Polipropileno, carvão ativo com íons de prata. Filtros Mil 5"; Micras: 5 micras Informações adicionais: Filtros para purificação de água produzidos em polipropileno através do sistema Melt Blown e carvão ativado granulado. São sistemas que reduzem a quantidade de cloro e impurezas, melhorando o gosto e qualidade da água. Elementos filtrantes de polipropileno atóxicos, indicados para retenção de particulados como: areia, terra, ferrugem, limo, lodo entre outros resíduos orgânicos e inorgânicos tornando a água mais pura e cristalina. - Inibe a proliferação de bactérias; - Retira sabores indesejáveis da água; - Carvão Ativado; - Polipropileno (Atóxico); - Selo de aprovação do Inmetro. Especificações Técnicas: - Vazão nominal: 60 Litros/hora; - Vazão máxima recomendada: 60 Litros/hora; - Pressão de Operação: Máx.:19.6 a 392 kPa (2 a40 mca	UND	220
075	RODO COM SUPORTE PLÁSTICO: c/ 30cm. a 40cm o rodo, cabo de madeira plastificada com rosca, medindo no mínimo 1,30 de comprimento, suporte plástico com borracha dupla.	UND	160
076	RODO COM SUPORTE PLÁSTICO, C/ 60CM. - RODO, CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA COM ROSCA, MEDINDO NO MÍNIMO 1,30 DE COMPRIMENTO, SUPORTE PLÁSTICO COM 60CM, COM BORRACHA DUPLA.	UND	85
077	RODO PARA PASSAR CERA: Rodo para passar cera, com espuma de mínimo de 25 cm de comprimento, com cabo encapado de no mínimo 1,30m, de 1ª qualidade.	UND	80
078	SABÃO EM BARRA, 200 GRAMAS. PACOTE COM 5 UNIDADES. - GLICERINADO E BIODEGRADÁVEL. COMPOSIÇÃO: SABÃO DE ÁCIDOS GRAXOS DE COCO, SABÃO DE	PCT	250



	ÁCIDOS GRAXOS DE SEBO E SOJA, COADJUVANTE, GLICERINA, PERFUME, PIGMENTO E ÁGUA.		
079	SABÃO EM PÓ: embalagem de 1,6 kg tipo caixa de papel - composição: tensoativo aniônico, alcalizante, coadjuvante, enzima, sequestrante, branqueador óptico, corante, perfume e água. contendo: linear alquil benzeno sulfato de sódio (tensoativo biodegradável) ideal para limpar resíduos difíceis como: manchas de óleo e graxa. Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: OMO, TIXAN, BRILHANTE, ARIEL. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	700
080	SABONETE LÍQUIDO ANTIALÉRGICO: sabonete líquido antialérgico, contendo substância emoliente, glicerina, antibactericida, fragrância de erva doce, isento de corantes e PH neutro. com ação detergente e umectante que proteja e evite o ressecamento das mãos. Embalagem de 5 litros.	UND	400
081	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL: para pele delicada, que limpa suavemente, dermatologicamente testado. Embalagem com 200 ml. *Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: Johnson's, Pom Pom, Huggies. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	600
082	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 100 L: cor: preta, largura: 63 cm, altura: 80 cm; capacidade 100 L; pacote c/ 100 unid.	UND	550
083	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 15 L: cor: preta, largura: 39 cm, altura: 58 cm, capacidade 15 L; pacote c/ 20 unid.	UND	700
084	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 30 L: cor: preta, largura: 59 cm, altura: 62 cm. Capacidade 30 L; pacote c/ 100 unid.	UND	600
085	SACO PLÁSTICO LIXO, CAPACIDADE 50 L: cor: preta, largura: 63 cm, altura: 80 cm. Capacidade 50 L; pacote c/ 100 unid.	UND	500
086	SACO PLÁSTICO PARA LIXO: 95 x 105 cm – SUPER REFORÇADO - (uso garis) 200 L - pacote c/ 100 unidades, espessura mínima de 15 micra.	UND	500
087	SAPATO TIPO BABUCHE ANTIDERRAPANTE EM EVA - Cor branca, sem furos, fechado na parte do calcanhar e na parte superior, solado antiderrapante, resistente ao escorregamento. Tamanho a definir.	PAR	75
088	SAQUINHO DE PAPEL PARA PIPOCA - Dimensões aprox. 7,5x12 cm. Pacote c/ 100 und.	PCT	30
089	SAQUINHO PLÁSTICO PARA CACHORRO QUENTE - Dimensões aprox. 10x20 cm. Pacote com 100 unidades.	PCT	40
090	SAQUINHO PLÁSTICO PARA GELADINHO (CHUP-CHUP), 4X24CM - pacote com 100 unidades.	PCT	50
091	SAQUINHO PLÁSTICO PARA HAMBÚRGUER - Dimensões aprox. 10x20 cm. Pacote com 100 unidades.	PCT	20
092	SHAMPOO INFANTIL: hipoalergênico, que não provoca lágrimas. Com validade mínima de 75% da validade total a contar da data da entrega do produto. Embalagem com 200 ml. *Deverão possuir características técnicas similares ou superiores as marcas: Johnson's, Pom Pom, Huggies. Os produtos citados, servem apenas como referência para as características técnicas.	UND	400
093	SUPORTE PLÁSTICO PARA COADOR DE CAFÉ - TAMANHO 103 COM FUNIL	UND	25
094	SUPORTE PORTA COPO DESCARTÁVEL: tipo porta copos; possuir tecla para acionamento por pressão que libera apenas um copo por vez; confeccionado em polietileno de alta qualidade ser resistente. Deverá acompanhar kit de buchas e parafusos para a instalação. Capacidade do tubo para 100 copos de 150ml até 200ml. *imagem meramente ilustrativa para facilitar identificação técnica do produto.	UND	20
095	TOALHA DE ROSTO FELPUDA 100% ALGODÃO - Material: 100% Algodão (de alta qualidade, macio e suave ao toque, resistente à desgaste) Textura: Felpuda; Tamanho: 45 x 60 cm; Peso: aproximadamente 300g; Especificações Técnicas: Gramatura: 400g/m2; Densidade: 250 a 280 fios Resistência à Tração: 200 a 220 N; Absorção: 35 a 4000% do peso próprio	UND	300
096	TOUCA DESCARTÁVEL. - Material TNT, tamanho único, com elástico. Pacote com 100 unidades.	PCT	100
097	VASSOURA DE NYLON - VASSOURA DE NYLON, CORPO DE PLÁSTICO MEDINDO 30CM, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO, MEDINDO 1,20M. SIMILAR: V52 CONDOR	UND	30
098	VASSOURA DE PIAÇAVA PARA GARI - com no mínimo 56 furos, cabo em madeira medindo 1,50 metros de comprimento, base de 40 cm de largura em uma única peça de madeira, sem emendas, piaçava prensada e colada na base de madeira.	UND	500
099	VASSOURA PIAÇAVA - NÚMERO 06, COM CERDAS DE PIAÇAVA, COM BASE DE 20 CM, CABO DE MADEIRA TIPO TRAPÉZIO - CHAPA BASE PLÁSTICO	UND	250
100	VASSOURA P/ LIMPEZA DE TETO (BASCULHO): com cerdas de nylon, com cabo de madeira de aproximadamente 2,40m, desmontável com duas partes e conector central.	UND	40
101	XÍCARA PARA CHÁ: em formato clássico, com base e superfícies arredondadas, com asa, em porcelana na cor branca, lisa, Medidas aproximadas: altura: 6 a 8 cm, diâmetro: 8,5 cm e capacidade de 200ml. Deve ser de 1ª linha, acompanhada do Pires para xícara em porcelana	UND	9

na cor branca, liso, em formato clássico, com base e superfícies redondas, gravado (por sublimação) com a logomarca do Cofen. Medida aproximada: diâmetro: 14,5 cm e altura de até 2 cm. Resistente a micro-ondas. KIT COM 6 UNIDADES (12 PEÇAS).		
---	--	--

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram realizadas pesquisas no que tange à aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e Epi's com o objetivo de verificar soluções similares que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo. O que pôde se observar é que não foram encontradas novas metodologias para a resolução do problema descrito que se enquadrem na situação atual do município.

Além disso, ao realizar consultas por contratações similares realizadas por outros órgãos, foi possível constatar que a aquisição do tipo de material requisitado é uma solução comum e realizada com frequência por diversos órgãos públicos. Entende-se que as soluções consideraram a avaliação dos cenários quanto aos aspectos de eficiência, eficácia, economicidade, padronização e práticas de mercado. Por se tratar da junção de diversos materiais em uma única compra, tornou-se inviável assinalar o levantamento individual para cada um dos itens.

Não menos importante, é válido mencionar que a solução aqui proposta já foi realizada outras vezes pelo município, sendo uma aquisição que obteve êxito para solucionar problemas parecidos já enfrentados por esta prefeitura.

Portanto, tal aquisição por meio de procedimento licitatório é uma solução técnica e economicamente viável para esta administração, sendo, portanto, uma contratação vantajosa para o município.

6. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total previamente estimado para esta contratação é de R\$ 641.411,90 (seiscentos e quarenta e um mil quatrocentos e onze reais e noventa centavos). Tal valor levou em consideração o total estimado da licitação no ano anterior (Processo 52/2023), sendo que esta estimativa pode variar, conforme atualização de itens, quantitativos e valores para este processo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para solucionar o problema em tela é a aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha e Epi's para atender as necessidades das Secretarias do município de Teixeira/MG.

A forma de execução será de empreitada por preço unitário.

Para que esta contratação atinja o escopo previamente eleito, é fundamental que sejam adquiridos produtos que obedeçam a práticas sustentáveis e que sejam passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.

Para além disso, os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Ademais, para garantir que esta solução atinja os resultados almejados pela administração, são necessárias algumas etapas, tal como garantir o planejamento adequado da contratação (especificando corretamente os itens e os quantitativos a serem contratados), atentando principalmente para a delimitação técnica dos itens e Certificação do INMETRO.

A empresa Contratada deverá executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, entregando os itens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração.

A Contratada deverá fornecer garantia contra defeitos, vícios e/ou impropriedades dos produtos durante o prazo estipulado em Termo de Referência.

Caso a licitante apresente na proposta comercial, acessórios além dos que foram solicitados no edital, os mesmos deverão ser entregues, sem ônus adicional;

Todos os produtos deverão ser entregues em condições seguras, bem como deverão observar as normas técnicas dos órgãos reguladores, RESPEITANDO-SE RIGOROSAMENTE O PRAZO DE ENTREGA ESTABELECIDO, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sansão.

Na Emissão das Notas Fiscais, a descrição dos itens deverá estar conforme ordem de compra, qualquer dúvida entrar em contato com o Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Teixeira, pelo telefone (31) 3895-1088, para eventuais explicações.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O objeto será dividido em itens, sendo o critério de adjudicação o menor preço por item, pois, conforme já orientou o TCU, as licitações devem ser de preferência por item, de modo que, a licitação por item traz maior estímulo à concorrência e normalmente, maior racionalização de recursos. Além disso, a divisão por itens não representa perda de economia de escala e a divisão por itens se apresenta técnica e economicamente viável.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se que, com a contratação seja possível fortalecer a estrutura operacional da Prefeitura Municipal de Teixeira/MG como forma de proporcionar condições para potencializar os serviços prestados para a população.

Com a substituição de equipamentos antigos e aquisição novos componentes, a prefeitura busca garantir que suas operações sejam mais seguras, ágeis, econômicas e eficientes, tornando o ambiente administrativo mais moderno e sustentável. Isso resulta em uma melhor gestão dos recursos públicos e um atendimento mais qualificado à população

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO

Conforme analisado neste estudo, não serão necessárias providências prévias a serem tomadas pela Administração para esta contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não serão necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes para o referido objeto em tela, uma vez que a solução proposta já soluciona todo o problema em questão.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS

A aquisição de materiais de limpeza, higiene pessoal, utensílios de copa e cozinha e EPIs pode ter os seguintes impactos ambientais:

- Poluição e Geração de Resíduos: O descarte inadequado de embalagens e produtos químicos pode poluir solos e cursos d'água, além de gerar grande volume de resíduos.
- Emissão de Gases Poluentes: O transporte frequente e a fabricação desses produtos podem aumentar a emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas.
- Contaminação de Recursos Naturais: Alguns produtos de limpeza contêm substâncias químicas que, quando descartadas de forma inadequada, contaminam águas e afetam a biodiversidade.

Medidas Mitigadoras:

- Optar por produtos de limpeza biodegradáveis e com certificação ambiental para reduzir o impacto sobre o meio ambiente.
- Priorizar a compra de itens com refil e embalagens recicláveis e incentivar o uso consciente para minimizar o desperdício.
- Capacitar os funcionários para usar e descartar produtos de forma adequada, conforme as normas de sustentabilidade e segurança.
- Estruturar a coleta e destinação correta dos resíduos gerados, integrando políticas municipais de reciclagem e reutilização de materiais.

Tais práticas reduzem o impacto ambiental, promovem o uso sustentável dos recursos e fortalecem a responsabilidade ambiental da gestão pública.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando o exposto, em especial à importância da realização das atividades para a melhor qualidade de vida da população do município, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, opinando-se pelo prosseguimento do feito.

Solange Aparecida de Almeida Silva
Secretária de Adm. Planejamento e Controladoria

Jacy de Freitas Alves
Agente Público do setor de licitações responsável pelo acompanhamento da elaboração do ETP

ANEXO – II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

A empresa, estabelecida na (**ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, E-MAIL**), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2024 em epígrafe que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E EPI'S PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG**, conforme segue:

Item	Descrição	Marca/ modelo	UND	Quant.	Val. Unitário	Val. Total
01						
02						
...

VALOR TOTAL: R\$ (por extenso)

DECLARAMOS QUE:

1. A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.
2. () Cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (**marcar com X caso a empresa se enquadre como ME/EPP ou cooperativa**);
3. Nos itens exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, não assinalar o campo impedirá o prosseguimento no certame;
4. Nos itens em que a participação não for exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que Microempresa, Empresa de Pequeno Porte.
5. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;
6. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
7. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
8. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
9. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

10. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 1988;

11. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei Federal nº 8.213/1991.

12. Que não é autor do projeto, básico ou executivo ou Termo de Referência do objeto da presente licitação;

13. Que não é sou servidor efetivo, comissionado, empregado público, prefeito, nem vereador do Município, e ainda, os seus sócios ou titulares não se enquadram nas hipóteses previstas na Sumula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

14. Que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

15. INFORMA abaixo para otimizar a comunicação da empresa com a Prefeitura Municipal de Teixeira/MG, a saber:

Telefone(s):.....

E-mail (s):

Conta Bancária:

Agência:.....

OBS: a agência e a conta bancária deve ser em nome da empresa e não de terceiros.

....., de 2024.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa - (Nome Legível/Cargo)

ANEXO – III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº XX/2024

O Município de Teixeira com sede no(a) Rua Antônio Moreira Barros, 101, Centro, na cidade de Teixeira/MG inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.134.056/0001-02, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Nivaldo Rita, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E EPI'S PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO nº XX/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº XX/2024, REGISTRO DE PREÇOS XX/2024 que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNI.	QUANT.	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
1.						

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Teixeira-MG.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. De acordo com o estabelecido pelo Decreto Municipal nº 553/2024, o presente documento e procedimentos a ele relacionados estão em conformidade com a regulamentação dos artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Este decreto visa especificamente disciplinar o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, dentro da esfera da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Teixeira/MG. Portanto, todas as operações, contratações e demais procedimentos relativos ao SRP executados sob a égide deste contrato deverão estar em estrita observância às disposições contidas tanto na mencionada lei federal quanto no decreto municipal em questão, assegurando a legalidade, eficiência e transparência nas contratações públicas realizadas.

4.1.1. Em estrita observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 553/2024, especificamente referenciando o art. 127, § 3º, que dispõe sobre a possibilidade de dispensa do procedimento de intenção de Registro de Preços quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante, fica determinado que não serão admitidos itens para adesão por outros órgãos ou entidades à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame. Tal cláusula garante a adequação ao planejamento e à execução contratual exclusivamente entre as partes originariamente envolvidas, coadunando-se com os princípios de eficiência e gestão efetiva dos recursos públicos.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.3 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da **alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021**;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

- 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e na Minuta de Contrato.
- 9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na Minuta do Contrato, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes **e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)**.

Local e data, Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO - IV
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

O Município de Teixeira com sede no(a) Rua Antônio Moreira Barros, 101, Centro, na cidade de Teixeira/MG inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.134.056/0001-02, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Nivaldo Rita, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA E EPI'S PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS/MG**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXX, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (**ANEXO I DO EDITAL**).

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Obrigações da contratada

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os itens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

Obrigações da contratante

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar a Assessoria Jurídica do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões enunciadas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;
 - d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias úteis;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual;

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município deste exercício, em dotação específica.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no DOM na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021 e Decreto Municipal 553/2024, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Teixeira, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Teixeiras, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2024

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO